

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Icatu Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Companhia é controlada integralmente pela Icatu Seguros S.A. Nessas Demonstrações, a Icatu Capitalização S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A., suas controladas e coligadas.

2. Desempenho das operações de capitalização

2.1 Operação e patrimônio

Durante o ano de 2025, a receita com títulos de capitalização da Companhia foi de R\$ 2.002.462 (R\$ 1.960.538 em 2024), representando um aumento de 2,14%. O resultado com sorteios foi de R\$ 108.303 (R\$ 92.730 no mesmo período do ano anterior), 5,41% da receita com títulos de capitalização (4,73% no mesmo período do ano anterior), e os custos de aquisição foram de R\$ 122.777 (R\$ 137.438 no mesmo período do ano anterior), representando 6,13% da receita com títulos de capitalização (7,01% no mesmo período do ano anterior). O resultado com as operações de capitalização foi de R\$ 156.120 (R\$ 224.932 no mesmo período do ano anterior). Em 2024, o resultado foi impactado positivamente proveniente da prescrição de títulos no montante de R\$ 38.000, evento de caráter não recorrente.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 3.142.990 (R\$ 3.033.419 em 31 de dezembro de 2024), representando um aumento de 3,61%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2025, atingiu o montante de R\$ 244.436 (R\$ 227.635 em 31 de dezembro de 2024), representando um aumento de 6,36%.

2.2. Despesas administrativas

Durante o ano de 2025, as despesas administrativas foram de R\$ 198.847 (R\$ 189.407 no mesmo período do ano anterior), 9,93% da receita com títulos de capitalização (9,66% no mesmo período do ano anterior). A Companhia seguiu investindo na atualização dos seus sistemas e na customização para atendimento à parceiros, bem como investindo em projetos como a implementação do *Open Insurance*, o Sistema de Registro de Operações (SRO), entre outros.

2.3. Resultado financeiro e solvência

No ano de 2025, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras foram de R\$ 189.337 em 2025 (R\$ 145.957 no mesmo período do ano) representando um aumento de 29,72%, sendo 9,46% da receita de títulos de capitalização no ano (7,44 % no mesmo período do ano anterior). O aumento do resultado financeiro, está relacionado ao crescimento da operação e a taxa Selic efetiva superior em 2025, afetando o rendimento dos ativos pós-fixados.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e todas as suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 108.400, no segundo semestre de 2025 (R\$ 79.631, em 31 de dezembro de 2024), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 167% (154% em 31 de dezembro de 2024).

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2025	2024
Lucro líquido no ano	79.705	84.830
Constituição de reserva legal	(3.985)	(4.242)
Base para distribuição de dividendos	75.720	80.588
Dividendos pagos e propostos no exercício	64.549	134.488
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	85,25%	166,88%
Destinação à Reserva legal	3.985	4.242
Destinação à Reserva de lucros	26.433	16.558
Dividendos distribuídos que contaram para o mínimo	64.549	134.488
Reserva estatutária	15.262	60.970
Reserva especial para dividendos	–	9.488
Resultado do ano	49.287	64.030

Balanços patrimoniais

Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO		
CIRCULANTE	2.585.871	2.484.988
Disponível	8.879	12.795
Caixa e bancos	8.879	12.795
Equivalente de caixa	Nota 5	3.673
Aplicações	Nota 5	2.495.905
Créditos das operações de capitalização	387	22
Outros créditos operacionais	Nota 6	22.564
Títulos e créditos a receber	46.510	26.588
Títulos e créditos a receber	Nota 7	85
Créditos tributários e previdenciários	Nota 8	32.799
Outros créditos	2.666	1.098
Despesas antecipadas	8	2
Custos de aquisição diferidos	Nota 9	7.945
Capitalização	7.945	16.542
ATIVO NÃO CIRCULANTE	557.119	548.431
Realizável a longo prazo	497.345	495.745
Aplicações	Nota 5	394.013
Títulos e créditos a receber	100.952	97.309
Créditos tributários e previdenciários	Nota 8.2	33.746
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 17.3	67.206
Outros valores e bens	2.356	2.597
Ativos de direitos de uso	2.356	2.597
Empréstimos e depósitos compulsórios	24	24
Investimento	175	–
Imobilizado	79	34
Bens móveis	4	6
Outras imobilizações	75	28
Intangível	Nota 10	59.520
Ágio na transferência de carteira	4.176	5.178
Outros intangíveis	55.344	47.474
TOTAL DO ATIVO	3.142.990	3.033.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2025 e de 2024.

4. ASG – Ambiental, Social e Governança

A sustentabilidade e o impacto social positivo são elementos centrais no modelo de negócio do Grupo Icatu, reforçando nosso propósito de oferecer tranquilidade financeira a mais de 14 milhões de clientes e suas famílias, contribuindo para a estabilidade social e econômica do país.

Em 2025, avançamos na transparência com o lançamento do primeiro Relatório de Sustentabilidade do Grupo Icatu e aprimoramos a gestão de riscos ASG. Nesse período, também promovemos iniciativas estratégicas alinhadas com os nossos temas materiais. São exemplos o workshop de produtos sustentáveis, iniciativa que capacitou as equipes das áreas de produtos e marketing; a implementação da gestão de resíduos recicláveis na matriz, e a conclusão do primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa.

Ao longo do ano, o Grupo Icatu foi destaque no Prêmio Época NEGÓCIOS 360º 2025, sendo eleita a seguradora mais inovadora e com maior visão de futuro do Brasil. O Grupo Icatu também foi reconhecido por sua atuação em inovação e tecnologia, conquistando o primeiro lugar no Prêmio GT de Disrupção em Inovação e o segundo lugar no Gartner Eye on Innovation Awards for Insurance. No âmbito setorial, o Grupo Icatu venceu o Oscar do Seguro, na categoria Seguradora de Capitalização.

O Grupo Icatu manteve, ao longo de 2025, o foco na promoção da equidade de gênero. No ano, as mulheres representavam 49,32% do quadro total de colaboradores (50,07% em 2024) do Grupo Icatu. Na alta gestão, a participação feminina alcançou 27,87% (29,82% em 2024); na média gestão, 48,32% (48,36% em 2024); e, no nível operacional, 50,07% (50,86% em 2024).

Em 2025 as mulheres representaram 50,28% das admissões, mantendo patamar semelhante ao observado em 2024 (50,14%) para o Grupo Icatu. Ao analisar a participação feminina por nível hierárquico, observa-se que, na alta gestão, as mulheres totalizaram 100% das novas contratações (0% em 2024); na média gestão, 48,32% (48,36% em 2024); e, no nível operacional, 50,07% (50,86% em 2024).

Distribuição remuneratória total do Grupo Icatu

	31/12/2025			31/12/2024		
Gênero	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total
Feminino	14.052	2.562	16.614	13.417	2.430	15.847
Masculino	17.371	4.080	21.451	15.771	3.695	19.466
Total	31.423	6.642	38.065	29.188	6.125	35.313

Nota: A comparação entre os exercícios apontou variações de -1,95 p.p. pontos na participação feminina na administração e diferenças de R\$ 766 nos componentes remuneratórios.

O ano também foi marcado por reconhecimentos relacionados ao ambiente de trabalho. O Grupo Icatu conquistou o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV) e, pela 11a vez consecutiva entramos para o ranking das melhores empresas para trabalhar com sede no Rio de Janeiro (GPTW). Recebemos ainda o destaque em Saúde Mental pela terceira vez.

Durante o ano de 2025, a Companhia retornou à sociedade, R\$ 1.763.089 em resgates (R\$ 1.679.938 no mesmo período do ano anterior), R\$ 108.303 em sorteios (R\$ 92.730 no mesmo período do ano anterior), R\$ 123.159 (R\$ 115.797 no mesmo período do ano anterior) em verbas salariais aos colaboradores, R\$ 22.779 (R\$ 19.241 no mesmo período do ano anterior) pagos a serviços terceirizados, além de R\$ 16.781 (R\$ 21.685 no mesmo período do ano anterior) em tributos indiretos, R\$ 32.649 (R\$ 50.851 no mesmo período do ano anterior) em tributos diretos.

5. Auditores independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras exigidos pelo órgão regulador para a Companhia, foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. até 31 de dezembro de 2024, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 2.375, em 2024. A partir de 1º de janeiro de 2025, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. passou a ser o novo fornecedor, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 3.227, em 2025.

6. Agradecimentos

A Icatu Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026.

A Administração.

	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO		
CIRCULANTE	2.833.378	2.741.556
Contas a pagar	78.886	66.029
Obrigações a pagar	Nota 11	41.760
Impostos e encargos sociais a recolher	11.967	7.250
Encargos trabalhistas	Nota 12	19.517
Impostos e contribuições	4.319	3.435
Outras contas a pagar	1.323	891
Débitos de operações com capitalização	Nota 13	28.711
Depósitos de terceiros	Nota 14	2.285
Provisões técnicas capitalização	Nota 15	2.721.898
Provisão para resgates	2.589.195	2.521.405
Provisão para sorteio	130.996	120.114
Outras Provisões	1.707	1.863
Outros débitos	1.598	1.048
Débitos diversos	1.598	1.048
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	65.176	64.228
Contas a pagar	4.247	7.329
Obrigações a pagar	4.247	7.329
Outros débitos	60.117	55.294
Provisões judiciais	Nota 17.1	60.117
Débitos diversos	812	1.605
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 19	244.436
Capital social	211.484	211.484
Reservas de lucros	38.938	23.782
Ajustes de avaliação patrimonial	(5.986)	(7.631)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.142.990	3.033.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva especial para dividendos			
Saldos em 1º de janeiro de 2024	211.484	4.278	60.970	9.488	43	–	286.263
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	–	–	–	–	(7.674)	–	(7.674)
Ajuste ref. a mudança de prática contábil	–	–	(1.296)	–	–	–	(1.296)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	84.830	84.830
Distribuição do lucro líquido:							
Distribuição de dividendos intermediários (AGO 28/03/2024)	–	–	–	(9.488)	–	–	(9.488)
Distribuição de dividendos intermediários (AGO 09/07/2024)	–	–	(60.970)	–	–	(39.030)	(100.000)
Distribuição de dividendos intermediários (AGO 17/12/2024)	–	–	–	–	–	(25.000)	(25.000)
Constituição de reserva legal	–	4.242	–	–	–	(4.242)	–
Constituição de reserva estatutária	–	–	16.558	–	–	(16.558)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	211.484	8.520	15.262	–	(7.631)	–	227.635
Ajustes com títulos e valores mobiliários - Próprios	–	–	–	–	1.645	–	1.645
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	79.705	79.705
Distribuição do lucro líquido:							
Distribuição de dividendos intermediários (AGE 23/05/2025)	–	–	(15.262)	–	–	–	(15.262)
Distribuição de dividendos intermediários (AGE 19/12/2025)	–	–	–	–	–	(49.287)	(49.287)
Constituição de Reserva Legal	–	3.985	–	–	–	(3.985)	–
Constituição de reserva estatutária	–	–	26.433	–	–	(26.433)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	211.484	12.505	26.433	–	(5.986)	–	244.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

19. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com sua controladora, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Icatu Seguros S.A (Controladora) (a), (b) e (e)	1.128	–	(24.720)	(22.446)	56.199	44.396	–	–
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Ligada) (b)	9.887	85	–	–	95.557	990	–	–
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b) (c)	31	1	(97)	(113)	788	662	(1.100)	(927)
Itumbiara Participações Ltda. (Ligada) (b)	–	–	–	–	71	35	–	–
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Ligada) (b)	–	–	–	–	–	1	–	–
VanguardaCap Capitalização S.A. (Ligada) (b)	–	–	–	–	–	9	–	–
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) (a)	–	–	(432)	(191)	831	949	–	–
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) (d)	–	–	–	–	–	–	(4.743)	(4.188)
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) (b)	–	–	–	–	–	53.783	–	–
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Ligada) (f) (g)	30	48	–	–	–	–	–	–
Total	11.076	134	(25.249)	(22.750)	153.446	100.825	(5.843)	(5.115)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- (a) Venda de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia;
- (b) Reembolsos de custos administrativos, referem-se a rateio de despesas comuns a Companhia, suas Controladas e ligadas, os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;
- (c) Valores referentes a taxa de gestão de instrumentos financeiros pela Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda; e
- (d) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários;
- (e) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;
- (f) Saldos em conta corrente;
- (g) Refere-se a despesas com tarifas bancárias e tarifas de arrecadação.

20. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

31/12/2025					
Produto	Processo	% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção	
PU932IG	15414.901276/2018-50	5,79%	0,5% a.m.	TR	
PM564T	15414.901693/2019-83	10,38%	0,5% a.m.	TR	
PU577IG	15414.901276/2018-50	5,79%	0,5% a.m.	TR	
PM526T	15414.901665/2019-66	4,84%	0,5% a.m.	TR	
PM540T	15414.901667/2019-55	40,64%	0,5% a.m.	TR	

21. Comercialização

O índice de custo de comercialização está representado por modalidade de pagamento, da seguinte forma:

Índice de Comercialização	% Comercialização	
	31/12/2025	31/12/2024
Títulos de Pagamentos Únicos (PU)	1,87%	2,18%
Títulos de Pagamentos Mensais (PM)	16,80%	17,93%

22. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

22.1. Receitas líquidas com títulos de capitalização

	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio	1.763.089	1.679.938
Títulos de capitalização emitidos e/ou recebidos	1.787.542	1.702.720
Devolução e cancelamento	(24.453)	(22.782)
Contribuição - Quotas de carregamento	239.217	274.108
Títulos de capitalização emitidos e/ou recebidos	241.839	276.969
Devolução e cancelamento	(2.622)	(2.861)
Variação da provisão - receita diferida (*)	156	6.492
Reversão da provisão da receita diferida	720	7.650
Variação da provisão da receita diferida	(564)	(1.158)
Total	2.002.462	1.960.538

(*) A redução ocorreu em função de uma atualização no conceito da premissa.

22.2. Variação das provisões de resgate

	31/12/2025	31/12/2024
Constituição da provisão para resgate (*)	(1.679.419)	(1.625.040)
Despesas com resgate	(13.791)	(12.690)
Reversão da provisão para resgate	25.264	40.065
Variação de provisão para distribuição de bônus (**)	495	965
Total	(1.667.451)	(1.596.700)

(*) Os produtos de capitalização comercializados contemplam 100% de quota de capitalização nas parcelas a partir do primeiro ano de vigência. O aumento na arrecadação influencia diretamente no aumento dessa provisão.

(**) A Provisão para Distribuição de Bônus encontra-se em *run-off*, por este motivo as reversões superaram as constituições nos exercícios de 2025 e de 2024.

22.3. Resultado com sorteios

	31/12/2025	31/12/2024
Reversão da provisão para sorteio (*)	107.108	93.447
Constituição da provisão para sorteio (*)	(108.141)	(94.015)
Despesas com títulos sorteados (**)	(107.270)	(92.162)
Total	(108.303)	(92.730)

(*) Os produtos de capitalização comercializados contemplam 100% de quota de capitalização nas parcelas. Logo, temos um aumento da provisão no primeiro ano da arrecadação, e após o primeiro ano a provisão de sorteios entra no fluxo de amortização até o atingimento do prazo de vigência total do título; e

(**) Aumento nas despesas com títulos sorteados influenciado pelo aumento do volume de vendas do produto de incentivo, cuja principal característica é a contemplação por meio de sorteios.

22.4. Custo de aquisição - capitalização

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de corretagem	(100.663)	(114.175)
Despesas de remuneração performance mensal	(12.260)	(10.642)
Despesas de custeamento de vendas	(1.257)	(5.821)
Variação despesa de comercialização diferida	(8.597)	(6.800)
Total	(122.777)	(137.438)

22.5. Outras receitas e despesas operacionais - capitalização

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com resgate de título	11.897	11.007
Receita com prescrição de título (*)	62.149	101.900
Outras receitas operacionais	312	3.128
Outras despesas operacionais	(21.802)	(24.478)
Despesas com provisões	(367)	(295)
Total	52.189	91.262

(*) Variação influenciada pela prescrição dos sorteios dos produtos PU ocorrida no primeiro semestre de 2024.

22.6. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal próprio	(123.159)	(115.797)
Serviços de terceiros	(22.780)	(19.241)
Localização e funcionamento	(41.784)	(42.458)
Publicidade e propaganda	(9.861)	(10.086)
Outras despesas administrativas	(1.263)	(1.825)
Total	(198.847)	(189.407)

22.7. Despesas com tributos

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos (*)	(5.179)	(970)
COFINS	(12.676)	(16.077)
PIS	(2.060)	(2.612)
Taxa de fiscalização	(1.765)	(1.765)
Outras despesas com tributos	(280)	(261)
Total	(21.960)	(21.685)

(*) A linha correspondente a despesa com impostos está com o efeito do reconhecimento de créditos tributários de IRRF a recuperar apurados no primeiro semestre de 2024, referente ao período de julho/2019 a dezembro/2023.

22.8. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Categoria – VJORA	11.078	6.395
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	11.078	6.395
Categoria - custo amortizado	23.342	23.815
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	23.342	23.815
Categoria - VJR	329.044	262.673
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	329.044	262.673
Outras receitas financeiras	6.554	5.203
Total – Receitas financeiras	370.018	298.086
Categoria - VJR	(1.247)	(3.077)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	(1.247)	(3.077)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(173.413)	(144.395)
Outras receitas/(despesas) financeiras	(6.021)	(4.657)
Total – Despesas financeiras	(180.681)	(152.129)
Total	189.337	145.957

23. Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	124.835	124.835	159.797	159.797
Participações nos lucros e resultados	(17.660)	(17.660)	(24.116)	(24.116)
Base de cálculo	107.175	107.175	135.681	135.681
Encargos total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(26.794)	(16.076)	(33.920)	(20.352)
Alíquotas oficiais	15% +10%	15%	15% +10%	15%
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	(23.962)	6.612	(22.601)	(10.686)
Adição permanente - Doações/Patrocínios/Brindes	141	141	53	53
Doações e patrocínios indutíveis	567	567	725	725
Provisões Indutíveis	8.673	8.673	(15.154)	(15.154)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(4.587)	(4.587)	(3.667)	(3.667)
Participações nos Lucros de Funcionários e Adm	(1.789)	(1.789)	4.528	4.528
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	3.607	3.607	2.830	2.830
Receitas financeiras não tributáveis	(30.574)	–	(11.915)	–
Resultado ajustado	83.213	113.787	113.080	124.996
Compensação prejuízo fiscal / base negativa	–	–	(21.056)	–
Lucro após as Compensações	83.213	113.787	92.024	124.996
Despesas com IRPJ/CSLL	(18.238)	(15.081)	(21.615)	(18.749)
Incentivos fiscais	1.163	–	–	–
Reversão da provisão de créditos tributários	1.476	886	(8.528)	(1.959)
Despesas com IRPJ/CSLL	(15.599)	(14.195)	(30.143)	(20.708)
Alíquota efetiva - resultado antes dos impostos	14,55%	13,24%	22,22%	15,26%

24. Eventos subsequentes

Foi publicada em 26 de dezembro de 2025, a Lei Complementar nº 224/2025, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL para 17,5%, até dezembro de 2027, e para 20% a partir de janeiro de 2028, com produção de efeitos a partir de 1º de abril de 2026.

25. Comitê de auditoria

Em atendimento à legislação em vigor, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2025 da Icatu Seguros S.A.

Diretoria		
Diretor-Presidente		
Luciano Soares		
Diretores		
Alexandre Petrone Vilardi	César Luiz Salazar Saut	Marcio de Moraes Palmeira
Atuária		
Lígia Guedes de Abreu		
MIBA nº 1394		

Conselho de administração	
Presidente	
Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga	
Conselheiros	
Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga	
Luciano Snel Corrêa	
Contador	
Ivandro de Almeida Oliveira	
CRC RJ 076.168/O-7	



ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Icatu Capitalização S.A.
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

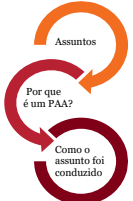
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras Como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das aplicações financeiras (Notas 3.12 e 14) A Companhia apresenta passivos decorrentes de operações de títulos de capitalização, registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Capitalização" nas demonstrações financeiras. A Provisão Matemática de Capitalização (PMC) é constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange as parcelas dos valores arrecadados de capitalização e a Provisão para Resgate (PR) e Sorteio a Pagar (PSP), que é constituída a partir da data do evento gerador de resgate ou sorteio do título até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação ou do atingimento dos critérios do prazo prescricional previstos no Código Civil Brasileiro. Considerando a relevância dos valores para a PMC, PR e PSP, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, bem como a avaliação das notas técnicas atuariais que detalham as metodologias utilizadas na mensuração das provisões técnicas da Companhia. Efetuamos também, a reconciliação dos relatórios operacionais da provisão matemática de capitalização e da provisão de resgates e realizamos o confronto com o relatório gerencial de provisões técnicas de capitalização; e realizamos testes, em base amostral, para os resgates e os sorteios ocorridos no período com os respectivos comprovantes de liquidação financeira. Com o apoio de nossos especialistas atuariais, testamos a completude da base de dados diretamente utilizadas na revisão das movimentações dos fluxos da PMC. Consideramos que as metodologias utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua

continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma percentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5
Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6
Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026



Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Icatu Capitalização S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Icatu Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e

ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Icatu Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de

base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026.

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0002-36
Rua do Passeio, nº 38
20021-290
Rio de Janeiro - RJ - Brasil



Anexo I
Icatu Capitalização S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	31/12/2025
Total de provisões técnicas auditadas	2.721.898
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2025
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	71.801
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	71.801
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2025
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	119.685
Ajustes Econômicos do PLA	-30.047
Exigência de Capital (CMR) (b)	71.801
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	47.884
Ativos Garantidores (d)	2.830.298
Total a ser Coberto (e)	2.721.898
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	108.400

Diário Comercial

O Diário Comercial oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balanços, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes.

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.

